



4778704



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

Brasília, na data da assinatura.

No dia treze de novembro de dois mil e vinte e quatro, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, CNDPI. **Estiveram presentes: Conselheiros(as) da Sociedade Civil** - Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (CFOAB); Adriana Pereira de Souza (CONTAG); Betânia Maria Pereira dos Santos (COFEN); Epitácio Luiz Epaminondas (SINTAPI-CUT); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (ANG Brasil); Ivani Fátima Arno Coradi (ANG Brasil); Renata Marinho Pereira (SBGG); Suzimar Delaroli Ribas (SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (ANADEP); Alexandre de Oliveira Alcântara (AMPID); Cristiane Branquinho Lucas (AMPID); Eni Carajá Filho (MORHAN); Maria Betânia Jatobá De Almeida (ABRAZ); Bernadete Dal Molin Schenatto (PPI); Arilda de São Sabbas Pucú (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior, (Aliança Nacional LGBTI+). **Conselheiros(as) Governamentais** - Shirlei Correa Rodrigues (MINC); Ana Maria Sales Placidino (MDA); Mirian da Silva Queiroz Lima, (MDS); Alexandre da Silva (MDHC); Lídia Rafaela Barbosa dos Santos (MDHC); Cleide Lemes da Silva Cruz (MIR); Fábio Régis Sparremberger (MPO); Anna Dorothea Dause Treno (MRE); Joana Darc Freire Silva (MCID); João Luiz Andrade Filho (MCTI); Ana Elenara Da Silva Pinto (ME); Ana Paula Schwelm Gonçalves (MPS) Rodrigo Moreles Canez (MTur). **Convidados** - Luis Alberto da Silva (CNDPI); Bruno Mendes (CNDPI); Luma Bittencourt (CNDPI); Douglas Barbosa (CNDPI); Diana Nunes de Oliveira (CNDPI); Ermelinda Melo (CNDPI); Luís Henrique Belém (CNDPI).

Abertura da Reunião: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, CNDPI agradecendo a presença de todos, especialmente aos novos participantes, e destacando a relevância da reunião extraordinária, que dava sequência à reunião de outubro. Explicou que o objetivo da reunião era discutir a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (6ª CONADPI), avaliar a viabilidade do local escolhido e deliberar a proposta de alteração da data da Conferência. Ressaltou a expectativa de que a reunião fosse breve e que fosse feito um repasse do material orientador preparado, incluindo a aprovação da logomarca da conferência. Esclareceu que a reunião de outubro resultou na formação de uma comissão composta por conselheiros(as) para realizar uma visita ao local provável de realização da Conferência. Em seguida, solicitou um feedback sobre a viabilidade do local, o Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), e a acessibilidade do espaço. O Conselheiro Fábio Régis Sparremberger relatou que o espaço apresenta um piso plano, sem muitos desníveis, o que é uma característica positiva. No entanto, foi observado pelo Conselheiro Sérgio Luiz Rodrigues Pereira que o piso de mármore e granito, típico de espaços comerciais e shoppings, pode se tornar escorregadio durante o período de chuvas, comum em novembro em Brasília. Foi discutida a possibilidade de introduzir algum material antiderrapante para minimizar riscos de quedas, reconhecendo-se que essa característica é própria da estrutura do local. Outro ponto destacado foi a transição entre os espaços de palestra e o restaurante, que inclui áreas sem cobertura e um elevador de madeira instalado para facilitar o trânsito. Embora o elevador reduza o risco de escorregamento, ele apresenta um desnível que pode ser uma dificuldade para

pessoas idosas, aumentando o risco de tropeços. A organização do espaço foi consultada sobre possíveis ajustes para minimizar esses riscos, como a instalação de estruturas alternativas ou melhorias. Por fim, enfatizou que essas questões podem ser mitigadas no momento do evento com sinalização adequada e orientações, além de pessoal de apoio para auxiliar os participantes. De forma geral, o espaço foi considerado apropriado para a realização da conferência, com ressalvas para os pontos mencionados. O **Conselheiro João Luiz Andrade Filho** comentou sobre uma conferência realizada no Brasil 21, na qual não houve problemas com a acessibilidade, e afirmou que o CICB é adequado para grandes eventos. Contudo, observou a necessidade de ajustes no transporte público para garantir o acesso sem dificuldades. A **Conselheira Lídia Rafaela Barbosa Dos Santos** compartilhou suas experiências em eventos no CICB, destacando a importância de realizar ajustes no espaço de acordo com a programação, especialmente no que diz respeito à acessibilidade para pessoas com deficiência. Sugeriu que as orientações e ajustes necessários fossem incorporados no contrato de parceria para assegurar a total acessibilidade durante o evento. O **Secretário Nacional Alexandre da Silva** reforçou a urgência de definir a data da Conferência, uma vez que poderia haver um grande evento coincidente com a data prevista para a realização, comprometendo o planejamento. Também mencionou o aumento do número de conselhos estaduais solicitando alteração nas datas, o que exigia uma decisão rápida. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que fosse dada a oportunidade para os participantes se manifestarem e, após isso, fosse realizada uma votação para definir a data e outros detalhes. Também propôs que o processo de deliberação fosse feito de forma clara e transparente, garantindo a participação de todos. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** debateu sobre a definição da data para realização da Conferência Nacional, considerando as dificuldades enfrentadas para a contratação de espaços. Informou que o Decreto nº 12.015/2023, estabeleceu o calendário inicial com as seguintes datas: março de 2025 para a etapa municipal, junho de 2025 para a etapa estadual e agosto de 2025 para a etapa nacional. No entanto, conforme discutido na reunião de outubro, não foi possível garantir a contratação do espaço para agosto de 2025. Dessa forma, a proposta apresentada é realizar a etapa nacional entre os dias 5 e 8 de novembro de 2025, sendo essa uma data ainda sujeita à disponibilidade do espaço. Foi destacado que a deliberação sobre essa data é urgente, para evitar que o espaço seja destinado a outros eventos. Abordou a preocupação com a possibilidade de descontinuidade no processo organizacional, uma vez que o mandato do colegiado atual do Conselho se encerra no final de agosto de 2025. Isso implica que o novo colegiado, composto por representações da sociedade civil e governamentais, assumiria a condução da etapa nacional com pouco tempo para se apropriar de todo o processo. Essa situação pode resultar em uma fragmentação na organização, comprometendo a condução integrada e contínua da conferência. Como solução, foi proposta a seguinte organização do calendário: Etapas municipais: até o final de junho de 2025; Etapas estaduais: até o final de agosto de 2025; Etapa nacional: 5 a 8 de novembro de 2025. Encerrada a discussão o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou o regime de votação acerca da escolha do CICB como local adequado para a realização da conferência, com base nos relatos da comissão que realizou visita técnica ao local. Votaram a favor do local: **Conselheira Adriana Pereira de Souza**, **Conselheira Betânia Maria Pereira Dos Santos**, **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic**, **Conselheira Renata Marinho Pereira**, **Conselheira Suzimar Delaroli Ribas**, **Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes**, **Conselheiro Eni Carajá Filho**, **Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida**, **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, **Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto**, **Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves**, **Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú**, **Conselheira Joana Darc Freire Silva**, **Conselheira Shirlei Correa Rodrigues**, **Conselheira Ana Maria Sales Placidino**, **Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima**, **Secretário Nacional Alexandre da Silva**, **Conselheira Ana Elenara da Silva Pintos**, **Conselheira Cleide Lemes da Silva Cruz**, **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** e **Conselheira Ana Paula Schwelm Gonçalves**. Não houve votos contrários ou abstenções. Com 21 votos a favor, aprovado o CICB para realização da 6ª CONADIPI. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** entendeu que o primeiro ponto de pauta foi devidamente enfrentado e iniciou o segundo ponto de encaminhamento, sendo a questão da data, do ajuste no calendário. Proposta que foi levantada é de ser reajustados, para as etapas municipais até o final de junho de 2025, etapas estaduais até o final de agosto de 2025 e a etapa nacional de 5 a 8 de novembro de 2025. Iniciou o regime de votação. Votaram a favor para alteração no calendário: **Conselheira Adriana Pereira de Souza**, **Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos**, **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic**, **Conselheira Renata Marinho Pereira**, **Conselheira Suzimar Delaroli**

Ribas, Conselheira Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes, Conselheira Maria Betânia Jatobá de Almeida, Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto, Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves, Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú, Conselheira Joana Darc Freire Silva, Conselheira Shirlei Correa Rodrigues, Conselheira Ana Maria Sales Placidino, Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, Secretário Nacional Alexandre da Silva, Conselheira Ana Elenara da Silva Pintos, Conselheira Cleide Lemes Da Silva Cruz, Conselheiro Fábio Régis Sparremberger, Conselheira Ana Paula Schwelm Gonçalves. Votou contra a alteração no calendário: Conselheiro Eni Carajá. Não houve abstenções. Nova data aprovada com 20 votos a favor e 01 voto contra. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** frisou que a reunião, por ser extraordinária, teve pauta única, voltada exclusivamente à conferência, abordada sob três aspectos principais o local do evento, ajuste no calendário e a continuidade ou descontinuidade da condição de conselheiros natos ao final do mandato. Em relação ao terceiro aspecto, destacou que não houve consenso sobre as possíveis soluções. Sistematizou as propostas levantadas para maior clareza e para subsidiar encaminhamentos futuros: 1. Manutenção da condição de delegados natos ao Conselho em atividade: Nesta proposta, os conselheiros atuais manteriam sua condição de delegados natos durante o processo conferencial. Foi enfatizado que o impacto dessa medida seria limitado, considerando que os ministérios serão reconduzidos e que muitas entidades da sociedade civil provavelmente também serão reconduzidas. O impacto direto seria, portanto, nas representações da sociedade civil não reconduzidas. 2. Prorrogação do mandato até a data da conferência: Proposta levantada pela Conselheira Bernadete Dal Molin Schenatto, que sugeriu o estudo da possibilidade de extensão do mandato atual dos conselheiros para garantir continuidade nos trabalhos até a realização da conferência. 3. Discussão do tema em reunião ordinária de dezembro: Outra proposta foi trazer o tema da prorrogação do mandato como pauta de deliberação na próxima reunião ordinária, prevista para os dias 4 e 5 de dezembro. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** concluiu que caberia decidir se as propostas seriam votadas imediatamente ou remetidas para a próxima reunião ordinária. Logo após, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú pediu a palavra e propôs que as duas alternativas para a questão da continuidade de prorrogação dos mandatos ou alteração nas regras, fosse assunto debatido com maior profundidade na próxima reunião do Colegiado. O debate seguiu com diferentes pontos de vista sendo apresentados, com o consenso de que a continuidade das atividades deveria ser realizada de forma estruturada e com o devido respeito aos processos e normas estabelecidas. Logo após, Secretário Nacional Alexandre da Silva pediu a palavra de forma a orientar os conselheiros(as) a moderarem suas expectativas quanto às propostas discutidas, em especial sobre a possibilidade ou impossibilidade da prorrogação do mandato. Destacou que o regimento vigente deve ser seguido e que, conforme já vivenciado em situações anteriores, a imposição de delegados natos não foi amplamente exitosa. Alertou para os cuidados necessários ao avaliar essa solução, sugerindo cautela para evitar potenciais problemas. Além disso, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho trouxe uma outra perspectiva, ressaltando que muitas entidades poderão ser reconduzidas ao Conselho por meio de um processo democrático eleitoral, garantindo a continuidade pelo voto democrático. Em seguida a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima trouxe a sugestão de uma possibilidade de uma resolução mantendo os atuais conselheiros(as) da comissão organizadora como convidados permanentes e frisou a questão de consultas formais a CONJUR, se possível até ao Ministério Público sobre essas possibilidades. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** encerrou as inscrições e agradeceu as contribuições dos conselheiros(as). Destacou que o debate amadureceu, resultando em propostas concretas para enfrentar as questões apresentadas. No entanto, frisou que será necessário colher o máximo de informações possíveis no período que antecede a próxima reunião, prevista para dezembro, quando o tema será retomado para definição da melhor solução. Reconheceu o compromisso comum de todos os participantes, conselheiros(as) nacionais, conselhos municipais e estaduais em construir um processo participativo, democrático, inclusivo e representativo, ressaltando que esses valores são o alicerce das discussões e decisões do Conselho. Reforçou que os conselheiros(as) que tiverem novas ideias ou propostas estão convidados a apresentá-las até a reunião de dezembro. Entre os temas que serão tratados na próxima reunião estão o calendário das reuniões ordinárias para 2025, além da continuidade das discussões sobre a condição de delegados natos e outras questões relativas ao processo conferencial. Por fim, expressou confiança de que, coletivamente, o Conselho conseguirá superar os desafios e garantir um processo histórico e participativo, reafirmando o

compromisso de evitar qualquer forma de exclusão e assegurar um ambiente de horizontalidade e inclusão. Passou a palavra ao **Secretário Nacional Alexandre da Silva** para as considerações finais, que agradeceu a presença de todas e todos, reconhecendo a dedicação de cada conselheiro(a) em disponibilizar seu tempo para a realização da reunião extraordinária. Ressaltou que, apesar de ser um momento de maior tensão, é essencial que as discussões continuem sendo pautadas pelo respeito, pela ética e pelo compromisso com a construção em prol da pessoa idosa. Enfatizou que o objetivo é encontrar a melhor solução para os desafios apresentados. Reforçou o trabalho da secretaria e a atuação da equipe técnica, destacando o empenho de todos e todas na organização das ações da conferência e nas demais atribuições do Conselho. **Encerramento da 7ª Reunião Extraordinária - O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu a presença de todos os presentes e todas as contribuições realizadas pelos conselheiros(as), e declarou encerrada a 7ª Reunião Extraordinária.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, Usuário Externo, em 24/02/2025, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4778704** e o código CRC **AB2D8B38**.